

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 312.583 - CE (2013/0099611-0)**

**RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO**  
**AGRAVANTE : ALEXANDER DIOGENES FERREIRA GOMES**  
**ADVOGADO : ABDIAS JUNIO CAVALCANTE OLIVEIRA - CE007807**  
**AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL**

**DECISÃO**

Trata-se de agravo interposto por ALEXANDER DIÓGENES FERREIRA GOMES contra decisão proferida pelo Tribunal Regional Federal da 5ª Região que inadmitiu recurso especial interposto com fundamento nas alíneas *a* e *c* do permissivo constitucional.

Consta dos autos que o agravante foi condenado às penas de 5 (cinco) anos de reclusão, para o crime inscrito no art. 11 da Lei n. 7.492/1986, e de 6 anos de reclusão e ao pagamento de 400 (quatrocentos) dias-multa, para o do art. 22 da Lei n. 7.492/1986.

A defesa interpôs apelação, que foi desprovida em acórdão assim ementado (e-STJ fls. 1.715/1.718):

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. CRIME CONTRA O SISTEMA FINANCEIRO NACIONAL. ARTS. 11 E 22, DA LEI Nº 7.492/86. MOVIMENTAÇÃO CONTÁBIL PARALELA. EVASÃO DE DIVISAS. MOVIMENTAÇÃO FINANCEIRA PARALELA DE EMPRESA FANTASMA PARA REMESSA DE NUMÉRICA AO EXTERIOR VIA OPERAÇÕES DE DÓLAR-CABO. EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE PELA PRESCRIÇÃO EM ABSTRATO NÃO CONSUMADA. INÉPCIA DA DENÚNCIA NÃO CONFIGURADA. RÉU EM LUGAR INCERTO E NÃO SABIDO. VALIDADE DA CITAÇÃO EDITALÍCIA. ALEGAÇÃO DE NULIDADE DOS ATOS PRATICADOS PELO JUIZ AFASTADA. EXCEÇÃO DE SUSPEIÇÃO. PRELIMINAR DE CERCEAMENTO DE DEFESA REJEITADA. INDEFERIMENTO DE PEDIDO DE REALIZAÇÃO DE PROVA PELO JUÍZO SINGULAR. ART. 184, DO CPP. POSSIBILIDADE. CORPO DE DELITO. PROVA PERICIAL. DESNECESSIDADE. AUTORIA E MATERIALIDADE CONFIGURADAS. DOSIMETRIA DA PENA. APELAÇÕES IMPROVIDAS.*

1. Ação penal ajuizada com o objetivo de apurar fatos ilícitos perpetrados por meio da empresa Marília de Estiva Ltda., utilizada para encobrir as movimentações financeiras praticadas pela ACCTUR, de propriedade de Alexander Diógenes Ferreira Gomes.

2. Extinção da punibilidade pela prescrição em abstrato não

*configurada. Os crimes dos arts. 11, da Lei nº 7.492/86 e art. 22, parágrafo único, da Lei nº 7.492/86, possuem, respectivamente, as penas máximas de 05 (cinco) anos e 06 (seis) anos de reclusão. O prazo prescricional, no caso, para os crimes, é de 12 (doze) anos (art. 109, III, do Código Penal). Entre a data do último fato delituoso (05.05.1994) e a data do recebimento da denúncia (15.03.2005), ainda não se passaram os 12 (doze) anos necessários à consumação da prescrição em abstrato.*

*3. Preliminar de nulidade dos atos praticados pelo magistrado singular que não se reconhece, uma vez que já afastada em sede de exceção de suspeição, constituindo-se, pois, matéria cristalizada sob o manto da preclusão.*

*4. Ausência de inépcia da denúncia que, em suas 13 (treze) laudas, narra os fatos que teriam sido praticados pelos Réus, individualizando as condutas e descrevendo os fatos delituosos e todas as circunstâncias delitivas, de forma que não há prejuízo à ao Princípio do Contraditório e, por consequência, nenhuma nulidade.*

*5. Citação editalícia realizada porque o endereço do Réu era incerto e não sabido na medida em que ele não fora localizado nos locais indicados no Brasil ou no Exterior, vindo a ser preso pela INTERPOL no curso da Ação Penal. Impossibilidade do Réu de alegar, em fase de apelação, nulidade a que deu causa, nos termos do art. 565, do CPP.*

*6. Cerceamento ao direito de defesa não configurado, porquanto cabe ao Juiz decidir pela conveniência e necessidade das diligências previstas no art. 499 (hoje art. 402), CPP, devendo desconsiderá-las quando entender que são meramente procrastinatórias.*

*7. Denecessidade e inutilidade de realização da perícia contábil, nos termos do art. 158, do CPP. Os procedimentos administrativos fiscais da Receita Federal e as diligências e laudos realizados pela Polícia Federal são suficientes para a prova das movimentações financeiras ilegais e da contabilidade paralela realizada pela ACCTUR via empresa Marília de. Estivas Ltda. para remessa ilegal de divisas ao Exterior.*

*8. A empresa Marília de Estivas Ltda. foi constituída de forma fictícia para a movimentação contábil paralela da empresa ACCTUR, nunca chegando efetivamente a exercer qualquer atividade empresarial, apesar de movimentar valores vultuosos. A ligação entre as pessoas jurídicas decorre do fato segundo o qual as operações financeiras realizadas pela empresa Marília de Estivas Ltda. estavam intimamente vinculadas aos negócios da própria ACCTUR, o que restou confirmado pelos relatórios do BACEN e da Polícia Federal e das testemunhas que trabalhavam na ACCTUR.*

*9. A movimentação de recursos paralela à contabilidade da empresa, relativa à operações de câmbio não registradas e não informadas à autoridade competente, com a sonegação de informações e manutenção em erro do Banco Central e da Secretaria da Receita Federal, caracteriza o crime-fim do artigo 11 Lei nº 7.492/86.*

*10. Apelante João Edmilson que requer a aplicação do Princípio*

*da Consunção, em que o crime do art. 11. da Lei nº 7.492/86 seria crime-meio para a prática do delito previsto no art. 1º, I, da Lei nº 8.137/90. Impossível cogitar-se, aqui, de aplicação do Princípio da Consunção, porque a contabilidade paralela existiu não apenas para esconder do Fisco as operações que realizam fatos geradores de tributos e que são sonegadas com proveito para o contribuinte, mas também para outras atividades criminosas, 'como a falsidade documental e a evasão de divisas.*

*11. A prática criminosa do art. 22, da Lei nº, 7.492/86 ocorreu com a remessa ilegal de divisas do país em valores de terceiros e próprios através das operações de câmbio dólar-cabo efetuadas pela ACCTUR, sob o comando de Alexander Diógenes, indicado por todas as testemunhas e Corréus como o responsável pela administração e negócios realizados pela ACCTUR.*

*12. Em relação ao crime do art. 22, da Lei nº 7.492/86, a autoria delitiva de Alexander Diógenes configurada por meio do conjunto probatório constante dos autos produzido à luz do contraditório e da ampla defesa.*

*13. Com relação a João Edmilson Medeiros de Miranda, para o crime do art. 11 da Lei nº 7.492/86, a pena foi fixada próxima ao mínimo legal (três) anos de reclusão, em face da valoração positiva de parte dos requisitos judiciais do art. 59, do CP.*

*14. No tocante à Alexander Diógenes, para o crime do art. 11 da Lei nº 7.492/86, a pena foi fixada no máximo legal de cinco anos. Para o crime de evasão de divisas (art. 22, parágrafo único, da Lei nº 7.492/86), com pena máxima de 06 (seis) anos, a pena foi fixada em 04(quatro) anos e 06 (seis) meses, aumentada em 1/3 (um terço) pela continuidade delitiva, totalizando 06 (seis) anos de reclusão, em concurso material, justificando-se a fixação das penas no máximo legal porque todos os requisitos do art. 59, do Código Penal foram desfavoráveis ao Réu.*

*15. Apelações improvidas.*

A defesa opôs embargos de declaração contra esse julgado, que foram rejeitados.

No recurso especial, o agravante alega violação aos seguintes artigos:

a) 619 do Código de Processo Penal, sob o argumento de que o acórdão recorrido, mesmo com a oposição de embargos de declaração, permaneceu omissivo; b) 368 do CPP, em razão da nulidade da citação editalícia, uma vez que foi publicada em jornais nacionais quando o agravante não mais se encontrava no país; c) 101 do CPP, nulidade dos atos praticados pelo Magistrado de primeira instâncias, diante da arguição de suspeição acolhida pelo TRF5; d) 402 do CPP, em virtude do indeferimento de diligências requeridas pela defesa; e) 158 do CPP, pois a Polícia Federal não se

desincumbiu de sua obrigação de proceder ao exame de corpo de delito consistente no exame da contabilidade da empresa ACCTUR para detectar a alegada dupla contabilização de suas movimentações financeiras; f) 11 da Lei n. 7.492/1986, diante da ausência de perícia técnica de contabilidade, única que seria capaz de comprovar o cometimento do crime de contabilidade paralela; e g) 22 da Lei n. 7.492/1986, pois ausente nos autos elementos probatórios sobre a materialidade delitiva.

Contrarrazões ao recurso especial às e-STJ fls. 1.945/1.957 e ao agravo às e-STJ fls. 2.023/2.026.

O Tribunal de origem não admitiu o apelo extremo em razão da incidência do óbice da Súmula n. 7/STJ, pois a alteração das conclusões do acórdão recorrido demandaria o reexame de prova.

Os autos vieram a esta Corte por meio de agravo.

O *Parquet* Federal opinou pelo desprovimento do agravo (e-STJ fls. 2.034/2.051).

É o relatório. Decido.

Suficientemente impugnados os fundamentos da decisão de inadmissibilidade do recurso especial e presentes os pressupostos processuais, conheço do agravo. Passo à análise do recurso especial.

Inicialmente, quanto ao alegado dissídio, verifico que o recorrente trouxe como paradigma acórdão proferido no julgamento de *habeas corpus*. No entanto, conforme orientação jurisprudencial consolidada desta Corte, não servem à demonstração do dissídio jurisprudencial julgados proferidos em *habeas corpus*, recurso ordinário em *habeas corpus*, recurso ordinário em mandado de segurança e/ou conflito de competência, tendo em vista "que os remédios constitucionais não guardam o mesmo objeto/natureza e a mesma extensão material almejados no recurso especial" (AgRg no EREsp n. 998.249/RS, relator Ministro Sebastião Reis Júnior, Terceira Seção, DJe 21/9/2012). Ainda, a propósito:

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. EXECUÇÃO. REMIÇÃO. ART. 126 DA LEP.*

ATIVIDADES DE ARTESANATO. HORAS TRABALHADAS. FISCALIZAÇÃO E REGISTRO DE RETRIBUIÇÃO ECONÔMICA. REEXAME DE PROVAS. SÚMULA N. 7 DO STJ. DIVERGÊNCIA JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO PROFERIDO EM HABEAS CORPUS. IMPOSSIBILIDADE. AGRAVO NÃO PROVIDO.

[...]

3. A jurisprudência deste Superior Tribunal é pacífica quanto à impossibilidade de acórdão proferido em habeas corpus servir de paradigma para fins de comprovação de alegado dissídio jurisprudencial. Ressalva deste relator.

4. Agravo regimental não provido. (AgRg no AREsp 509.311/GO, relator Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 07/02/2017, DJe 16/02/2017.)

AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PENAL. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. CONTINUIDADE DELITIVA. FRAÇÃO DE AUMENTO. SÚMULA 7/STJ. DISSÍDIO JURISPRUDENCIAL. ACÓRDÃO PARADIGMA PROFERIDO EM HABEAS CORPUS. DIVERGÊNCIA NÃO DEMONSTRADA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

2. Ademais, é pertinente acrescentar aos fundamentos da decisão agravada o entendimento pacífico deste Superior Tribunal de Justiça, no sentido de que acórdãos proferidos em sede de habeas corpus, recurso ordinário em habeas corpus, recurso ordinário em mandado de segurança e/ou conflito de competência são fontes inadequadas para demonstração de divergência jurisprudencial, não servindo, pois, como referenciais paradigmáticos. Precedente.

3. Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 993.565/SP, relator Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2016, DJe 1/2/2017.)

PROCESSUAL PENAL E PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. TRÁFICO DE DROGAS. INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIA DESNECESSÁRIA, IMPERTINENTE OU PROTETATÓRIA. POSSIBILIDADE. CERCEAMENTO DE DEFESA. NÃO OCORRÊNCIA. ABSOL, IXVIÇÃO. REVOLVIMENTO DO ACERVO FÁTICO-PROBATÓRIO. SÚMULA N. 7/STJ. PARADIGMAS PROFERIDOS EM HABEAS CORPUS. INADMISSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.

[...]

3. Não se admite como paradigma, para fins de comprovação do dissídio jurisprudencial, acórdãos proferidos em habeas corpus.

Agravo regimental desprovido. (AgRg no AREsp 807.352/SP, relator Ministro JOEL ILAN PACIORNIK, QUINTA TURMA, julgado em 13/12/2016, DJe 01/02/2017.)

Com relação à alegação de violação ao art. 619 do Código de Processo Penal, o ora recorrente faz argumentações genéricas de que o acórdão recorrido não teria apreciado as matérias trazidas nos embargos de declaração, sem elencar, especificamente, qual tese ficou omissa. Dessa forma, o recurso especial se revela deficiente quanto à fundamentação, carecendo de exposição das razões pelas quais o acórdão teria afrontado esse dispositivo. Assim, incide o óbice da Súmula n. 284/STF.

Quanto à alegação de violação ao art. 368 do CPP, o Tribunal de origem afastou a alegada nulidade da citação sob os seguintes fundamentos:

*No presente caso, o Apelante, na presente ação penal, não declinou e seus endereços. Ele indicou seus endereços na Ação Penal nº 2002.81.00.019619-1), um em São Paulo e outro na Nova Zelândia.*

*Na tentativa de citação por Oficial de Justiça, em São Paulo, foi atestado que ele não residia naquele endereço, tendo sua advogada informado (que ele residia de forma permanente no Exterior, mais precisamente na Nova Zelândia.*

*Expedida carta rogatória para a Nova Zelândia, o Departamento de Estrangeiros - Divisão de Medidas Compulsórias daquele país, informou que Alexander não fora localizado no território neozelandês, e sua busca estava sendo feita pela INTERPOL, que finalmente o prendeu em Barcelona, na Espanha - informação contida nas ACR 6839/CE e ACR 6330/CE.*

*Na época da citação, portanto, seu "endereço era incerto e não sabido, justificando a citação editalícia, não podendo agora, em fase de apelação, alegar nulidade a que deu causa, violando o art. 565, do CPP.*

O agravante limita-se a alegar que a citação foi publicada em jornais nacionais quando não mais se encontrava no país; deixou, no entanto, de impugnar os citados fundamentos do acórdão recorrido de que seu endereço era incerto e de que não é possível alegar nulidade a qual deu causa.

Incide, quanto ao ponto, o óbice contido na Súmula n. 283/STF, segundo a qual "é inadmissível o recurso extraordinário, quando a decisão recorrida assenta em mais de um fundamento suficiente e o recurso não abrange todos eles".

O ora recorrente alega violação ao art. 101 do CPP, ao argumento de que, diante da declaração de suspeição reconhecida pelo TRF da 5ª Região relativamente

ao processo n. 2003.81.00.27411-0, "arguiu nova suspeição, desta feita para o caso de que se cuida (fls. 690/713), tendo o MM. Juiz Federal excepto aceito a arguição e estendido os efeitos do acórdão do TRF/5ª Região na Exceção de Suspeição 783/CE ao caso presente" (e-STJ fl. 1.839). Diante disso, defende que deveriam ter sido declarados nulos os atos praticados pelo Juízo declarado suspeito, o que, contudo, não teria ocorrido no presente caso.

O Tribunal de origem, ao contrário do alegado, afirmou que "os fatos ensejadores do referido incidente não guardam qualquer pertinência com o presente caso, nada indicando a suspensão do mesmo Juiz com referência a este processo a não ser a alegação genérica dos apelantes. No meu entender a questão da suspeição do Dr. Danilo Fontenele constitui, portanto, matéria já dirimida e cristalizada sob o manto da preclusão, pelo que rejeito a preliminar" (e-STJ fl. 1.699).

O acolhimento das alegações do agravante e a consequente alteração da conclusão a que chegou o Tribunal local demandariam, necessariamente, o revolvimento do conjunto probatório dos autos a fim de constatar se, de fato, a matéria foi alegada no momento oportuno e se houve a extensão da declaração de suspeição. Tal situação, contudo, esbarra no óbice da Súmula n. 7/STJ.

O ora recorrente alega, ainda, em seu recurso, a ocorrência de cerceamento de defesa, por indeferimento de "relevantes diligências tempestivamente requeridas" (e-STJ 1.842). Acerca da questão, assim decidiu a Corte de origem (e-STJ fls. 1.703/1.704):

*Compete ao Juízo o exame da pertinência e da necessidade do deferimento do pedido de produção de novas provas pelas partes, sendo perfeitamente cabível o indeferimento, por 4e tratar de ato discricionário do Juízo, que, obviamente, o fundamentará, nos termos do art. 184, do mesmo diploma legal.*

*Destaque-se que se nos autos constam elementos suficientes para a formação do convencimento do julgador, e para a aferição da verdade real (quanto aos fatos), o juiz pode, inclusive, indeferir as provas requeridas, caso elas se demonstrem desnecessárias ao deslinde da causa, o que não configuraria nulidade.*

*No caso, o Juiz indeferiu as 39 (trinta e nove) diligências, em despacho fundamentado, porque desnecessárias ao deslinde da causa e à formação de seu convencimento, sendo ausente qualquer nulidade neste sentido, por serem elas meramente protelatórias - fls. 803/823.*

*Com relação à prova pericial, nos termos do art. 158, do CPP, entendo-a desnecessária e inútil. Os procedimentos administrativos fiscais da Receita Federal e as diligências e laudos realizados pela Polícia Federal são suficientes para a prova das movimentações financeiras ilegais e da contabilidade paralela realizada pela ACCTUR via empresa Marília de Estivas Ltda.*

*Além disso, como ressaltou o MPF em suas contrarrazões, "eventual perícia nos documentos contábeis da ACCTUR não seria medida exigível para demonstrar as operações dissimuladas, uma vez que os responsáveis por pessoa jurídica, por razões óbvias, não as manteriam nos registros legalmente exigidos" - fls. 1446.*

A caracterização de cerceamento do direito de defesa pelo indeferimento de alguma prova requerida pela parte possui como condicionante possível arbitrariedade praticada pelo órgão julgador, e não simplesmente a consideração ou entendimento da parte pela indispensabilidade de sua realização.

Logo, poderá o magistrado, em estrita observância à legislação de regência e com fito de formar sua convicção, entender pela necessidade ou não da produção de determinada prova, desde que fundamente o seu entendimento de forma adequada e oportuna, como ocorreu na hipótese.

Nesse contexto, não verifico a arguida ilegalidade, uma vez que pode o juiz indeferir as provas consideradas irrelevantes, impertinentes ou protelatórias (art. 400, § 1º, do Código de Processo Penal). Assim sendo, fica claro que reverter tal entendimento, no intuito de concluir pela necessidade ou não de produção da prova, vai de encontro ao teor da Súmula n. 7/STJ.

Por oportuno, confirmam-se os seguintes julgados:

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. APROPRIAÇÃO INDÉBITA. PLEITO ABSOLUTÓRIO E INDEFERIMENTO DE DILIGÊNCIAS DEFENSIVAS. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL IMPROVIDO.*

[...]

*2. O indeferimento de diligências pleiteadas pela defesa é regido pelo princípio da discricionariedade regrada, ou seja, é conferida ao magistrado a possibilidade de afastar, fundamentadamente, a realização de diligências ou a produção de provas requeridas pela defesa, desde que apresentada motivação idônea para tanto. Assim, a alteração do entendimento demandaria o revolvimento de fato e provas, o que é obstado pela súmula 7/STJ.*



3. *Agravo regimental improvido.* (AgRg no AREsp 967.771/DF, Rel. Ministro NEFI CORDEIRO, SEXTA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 25/05/2017.)

*PENAL E PROCESSUAL PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. REINQUIRÇÃO DE TESTEMUNHA. INDEFERIMENTO. CERCEAMENTO DO DIREITO DE DEFESA. ARTIGO 209 DO CPP. INEXISTÊNCIA. ARTIGO 59 DO CP. EXASPERAÇÃO DA PENA-BASE. CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS. REEXAME. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO.*

1. *Para se caracterizar cerceamento do direito de defesa pelo indeferimento da produção de provas, a parte deve comprovar ato arbitrário, contrário à Lei, por parte do magistrado condutor do processo, órgão soberano do contexto fático e probatório dos autos. Alegações ou ilações da parte pela imprescindibilidade da prova não são suficientes para tanto, pois vão de encontro ao óbice contido na súmula 7/STJ.*

2. [...]

3. *Agravo regimental não provido.* (AgRg no AREsp 488.088/SP, Quinta Turma, Rel. Ministro LÁZARO GUIMARÃES, DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO, DJe 16/03/2016.)

*PROCESSUAL PENAL. RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. HOMICÍDIO QUALIFICADO. FALSO TESTEMUNHO. PRODUÇÃO DE PROVA REQUERIDA PELA DEFESA. INDEFERIMENTO. PRINCÍPIO DO LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO.*

1. *A jurisprudência desta Corte firmou-se no sentido de que "o indeferimento de produção de provas é ato norteado pela discricionariedade regrada do julgador, podendo ele, portanto, soberano que é na análise dos fatos e das provas, indeferir, motivadamente, as diligências que considerar protelatórias e/ou desnecessárias" (HC n. 180.249/SP, Rel. Min. MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Quinta Turma, DJe 4/12/2012).*

2. *O Superior Tribunal de Justiça possui o entendimento de que a faculdade de o magistrado indeferir, de forma fundamentada, a produção de provas que julgar protelatórias, irrelevantes ou impertinentes estende-se aos feitos de competência do Tribunal do Júri, na fase do art. 422 do Código de Processo Penal.*

3. *No caso, o Juízo singular indeferiu justificadamente, dentro da discricionariedade que lhe é conferida, a produção da nova prova pericial, por considerá-la irrelevante e desnecessária, inexistindo, portanto, constrangimento ilegal a ser sanado.*

4. *Recurso desprovido.* (RHC 64.207/DF, Quinta Turma, Rel. Ministro GURGEL DE FARIA, DJe 23/02/2016.)

O pleito de absolvição também não prospera, uma vez que o Tribunal de origem manteve a sentença que reconheceu a existência de fatos elementos de prova suficientes para embasar o decreto condenatório em desfavor dos recorrentes. Com efeito, a materialidade e a autoria foram detalhada e extensivamente analisadas pelas instâncias ordinárias que, soberanas na análise das provas amealhadas aos autos, consignaram, expressamente, que o ora agravante praticou os delitos a ele imputados, sendo inviável infirmar tal premissa, de modo a absolvê-lo, sem o efetivo revolvimento do acervo fático-probatório, providência vedada em recurso especial, conforme o óbice prescrito pela Súmula n. 7/STJ.

A propósito, os seguintes precedentes:

*PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. MOEDA FALSA. DOLO. SUFICIÊNCIA DA PROVA. VERIFICAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. DESCLASSIFICAÇÃO PARA AS CONDUTAS DOS ARTS. 289, § 2º E 171, AMBOS DO CP. INVIABILIDADE. SÚMULA N. 7 DO STJ. ABSOLVIÇÃO. PRINCÍPIO DA INSIGNIFICÂNCIA. NÃO CABIMENTO. BEM JURÍDICO TUTELADO. FÉ PÚBLICA. PROPORCIONALIDADE DA PENA DO ART. 289, I, DO CP. PREQUESTIONAMENTO. AUSÊNCIA. AGRAVO REGIMENTAL NÃO PROVIDO.*

1. *As instâncias ordinárias reconheceram suficientemente demonstrado o elemento subjetivo do tipo (dolo). Para afastar tal conclusão seria necessário o reexame do conjunto probatório, providência inviável no recurso especial, pela Súmula n. 7 do STJ*

2. *A análise da pretendida desclassificação da conduta praticada para aquela do art. 289, § 2º, do CP é inviável, pela incidência da Súmula n. 7 do STJ, porquanto seria necessária a comprovação de que o réu teria recebido de boa-fé as cédulas falsas.*

[...]

6. *Agravo regimental não provido* (AgRg no REsp 1395016/SC, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, SEXTA TURMA, julgado em 16/05/2017, DJe 24/05/2017).

*PENAL E PROCESSO PENAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CRIME DO ARTIGO 303 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. ABSOLVIÇÃO OU DESCLASSIFICAÇÃO O DO ARTIGO 319 DO CÓDIGO PENAL MILITAR. ATENUANTE DO ARTIGO 72, II, DO CÓDIGO PENAL MILITAR. REEXAME DO ACERVO*

*FÁTICO-PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.*

*1. Para desconstituir o entendimento firmado pelo Tribunal de origem e concluir pela absolvição ou desclassificação da conduta do recorrente para o crime do artigo 319 do CPM, bem como para definir se o agravante possuía méritos para fazer jus à atenuante do artigo 72, II, do Código Penal Militar, seria necessário o revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é vedado pela Súmula 7/STJ.*

*2. Agravo regimental não provido (AgRg no AREsp 941.955/MS, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, QUINTA TURMA, julgado em 09/05/2017, DJe 12/05/2017).*

Ante o exposto, **conheço do agravo e não conheço do recurso especial.**

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 13 de fevereiro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
Relator